

FUNCIONALISMO

Excluídos de aumento, servidores protestam

Aprovação do Orçamento de 2022 com reajuste apenas para policiais provoca crise com outras categorias do funcionalismo. Auditores fiscais entregam cargos

» CRISTIANE NOBERTO
» RAPHAEL FELICE

A aprovação do Orçamento de 2022 com previsão de R\$ 1,7 bilhão para reajustar os salários de policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários federais provocou uma grita geral de servidores não contemplados com o aumento.

Auditores fiscais da Receita Federal reagiram com indignação ao que chamam de falta de reconhecimento e preparam a entrega coletiva e imediata de cargos no órgão. Cerca de 200 servidores já aderiram ao movimento. “Adicionando insulto à injúria, recursos da própria Receita Federal serão cortados para satisfazer os reajustes acordados com as carreiras policiais, numa demonstração de absoluto desrespeito à administração tributária, que, como nunca, tem se empenhado para prover a sustentação financeira do Estado brasileiro”, enfatizou o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco). “A Receita Federal não merece e não pode ser humilhada mais uma vez. Somente uma reação em uníssono da Casa pode mostrar ao mundo político a nossa força e o nosso poder de indignação.”

Em nota, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) manifestou repúdio aos termos do relatório do Orçamento. A entidade reconheceu a importância das polícias federais, mas alegou “perplexidade” com a decisão de “conceder reajuste apenas aos

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Nota do Sindifisco diz que “a Receita Federal não merece e não pode ser humilhada mais uma vez”

membros dessas carreiras, ignorando completamente mais de 1 milhão de servidores públicos que tiveram seus salários corroídos pelo aumento galopante da inflação desde a última recomposição, há cinco anos.”

“Assim como os servidores da PF e PRF, os servidores do Congresso Nacional e TCU, como tantos outros, tiveram seus vencimentos corrigidos pela última vez ainda em 2016. Estão na mesma situação os profissionais da saúde e da educação. O que justifica, portanto, esta injusta e insensível escolha do governo”, diz o comunicado.

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

(Sinal) também protestou. “O BC é um órgão essencial para a estabilidade econômica do país. Contudo, nos últimos anos, não houve, por parte do governo federal, o reconhecimento dessa importância na forma de melhorias remuneratórias. Os reajustes devem ser para todas as carreiras, não só para os policiais federais”, afirmou Fábio Faiad Bottini, presidente da entidade. De acordo com funcionários do banco, “o reajuste salarial apenas para os servidores de segurança traria uma assimetria injusta e cruel”. Além disso, “poderia provocar não só uma animosidade dentro do funcionalismo, que piora o clima e a cultura organizacional”.

Reclamação também surgiu por parte da Associação Nacional de Advogados Federais. Segundo Ladimir Rocha, presidente da entidade, o impacto da inflação sem reajuste vai reduzir o poder de compra da categoria. Ele frisou, ainda, que as duas últimas correções dos advogados federais foram em 2017 e 2019.

“Isso é perda consolidada, a inflação voltou e, no ano que vem, a perspectiva é de que seja ainda maior. Mas não há nenhum índice no Orçamento prevendo reajuste para a categoria. Isso gera efeito em cadeia. O consumo dessas pessoas vai diminuir, e o foco será em gastos essenciais”, destacou.

Categoria estratégica para Bolsonaro

O reajuste para policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários federais, incluído no Orçamento para 2022, havia sido prometido pelo presidente Jair Bolsonaro em aceno a uma categoria estratégica para as eleições de 2022.

O valor de R\$ 1,7 bilhão previsto na peça orçamentária para conceder o aumento salarial às categorias é quase todo o pedido feito pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em nome de Bolsonaro, para a reestruturação das carreiras da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Os salários de um delegado da Polícia Federal e de um perito criminal federal variam de R\$ 23.692,74 a R\$ 30.936,91, de acordo com o Pannel Estatístico de Pessoal do governo. Um policial rodoviário federal ganha

Edésio Ferreira/EM/D.A Press



O plano prevê uma reestruturação de carreiras da Polícia Federal

entre R\$ 9.899,88 e R\$ 16.552,34. O salário de um agente de execução penal, por sua vez, varia de R\$ 5.922,63 a R\$ 10.357,30.

Bolsonaro chegou a prometer

reajuste para todos os servidores em 2022, ano em que disputa a reeleição. “Reajuste seria de 3%, 4%, 5%, 2%, que seja de 1%”, disse o presidente, em entrevista

à *Gazeta do Povo* no dia 8 deste ano. “Servidor, em grande parte, merece isso”, completou. No fim, incluiu apenas aumento salarial para carreiras policiais.

Reestruturação

Para Gentil Ney Espírito Santo da Silva, presidente da Federação Nacional dos Agentes Federais de Execução Penal (Fenafep), a fatia do Orçamento significa uma estruturação da carreira. “Estados e municípios estão esperando a regulamentação dos policiais penais federais para que possam fazer as próprias legislações. Com a criação dessa estrutura, haverá um reequilíbrio salarial e menor abstenção em concursos”, sustentou. “Além disso, o fato de não haver orçamento para concursos e chamar novos concursados causa evasão e, assim, a defasagem da categoria. Nós somos apenas 1.600, e mais de 300 estão vagos”, afirmou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Lula é o franco favorito, mas Bolsonaro não morreu; ninguém ganha de véspera

Musashi, o livro de Eiji Yoshikawa, em dois volumes de 900 páginas cada, é um romance publicado no Brasil pela editora Estação Liberdade, no qual se aprende um pouco sobre a história e os costumes do Japão antigo, por meio da primeira metade da vida do samurai Miyamoto Musashi, uma lenda para os japoneses e os praticantes de kenjutsu e outras artes marciais mundo afora. A obra é inspirada em fatos históricos, mas romaneada ao misturar personagens reais e da imaginação do autor.

No final de sua vida, com câncer, Musashi se isolou numa caverna da ilha de Kyushu, onde ficou por 1 ano e oito meses, período em que escreveu Gorin No Sho, ou O Livro dos Cinco Anéis, como é conhecido no Ocidente, concluído em 1645, antes de morrer, aos 61 anos. No xogunato Tokugawa, do qual foi chefe militar, o Japão se unificou, todos os senhores feudais foram obrigados a morar em Edo, a capital na época. Os portugueses foram expulsos do Japão, o catolicismo foi proscrito e os holandeses passaram a monopolizar o comércio com o Ocidente, como aconteceu com o Brasil, de 1624 a 1654, ou seja, até à Insurreição Pernambucana.

Notável espadachim, Musashi tornou-se um grande estrategista com o passar dos anos; nunca parou de treinar e, principalmente, de estudar, inclusive a caligrafia e a pintura. Numa das passagens do seu manual militar, o sexagenário samurai ensina que uma luta somente termina quando se “ultrapassa o fundo” do espírito do adversário. “Em luta contra o inimigo, você o vence com a vantagem dos mandamentos da arte militar, mas apenas aparentemente, pois o espírito do adversário continua mantendo a sua combatividade, e é possível que ele esteja vencido apenas na superfície, e não no espírito”.

É o que acontece com o presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, diante do absoluto favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas de opinião sobre as eleições de 2022. Enquanto se arma um “já ganhou” em torno da candidatura petista, que hoje venceria no primeiro turno, Bolsonaro amarga altos índices de reprovação, seu governo é pessimamente avaliado e o risco de derrota é tão grande que até apoiadores como Olavo de Carvalho já dão a causa como perdida. Mas Bolsonaro parece não estar nem aí, não se sente estrategicamente derrotado. Por quê?

Há razões objetivas e subjetivas para isso, digamos assim. Entre as objetivas, as mais relevantes são: (1) o governo é sempre a forma mais concentrada de poder, mesmo o mau governo, pois, quando nada funciona, o que ainda não é o caso, arrecada, normatiza e coage; (2) apesar da inflação descontrolada, da recessão e do desemprego em massa, o governo detém alto poder de intervenção na economia e escolhe ganhadores e perdedores, ou seja, tem muita gente ganhando dinheiro com privilégios; (3) a crise social está sendo lentamente mitigada pela gradativa retomada da economia informal e de subsistência, enquanto o novo Auxílio Brasil, no valor de R\$ 400, beneficiará 14,5 milhões de famílias, algo em torno de 70, 2 milhões de pessoas, entre adultos, idosos e crianças, além de ser uma grande injeção de recursos do centro nas economias das periferias dos grandes centros e das pequenas cidades.

Salvador da pátria

Entre as razões subjetivas: (1) a captura do sentimento popular de defesa da família unicelular patriarcal, ameaçada pela mudança dos costumes, muito bem cimentada pela aliança com os setores evangélicos; (2) o favorecimento a corporações embrutecidas pela natureza de suas atividades, além de setores violentos, transgressores e mafiosos, na economia de acumulação primitiva; (3) a identificação da classe média mais conservadora com suas ideias reacionárias, que fantasiam o passado de forma maniqueísta, como o antigo regime militar; (4), finalmente, a crença compartilhada com seus apoiadores mais fanatizados, de que é um “salvador da pátria” predestinado, “imbrotável” e “imorrível”, capaz de superar todas as adversidades.

Tudo junto e misturado, por meio do uso eficiente e sem escrúpulos de fake news nas redes sociais, até agora, Bolsonaro mantém uma posição segura eleitoralmente para chegar ao segundo turno, como principal adversário de Lula. Com isso, a oposição não consegue “ultrapassar o fundo” do espírito combativo de Bolsonaro, que ainda pode lançar mão de sua milícia política, fortemente armada, durante a campanha eleitoral, para intimidar e impedir seus adversários de ir às ruas. A outra hipótese, a do golpe de Estado, fracassou no 7 de Setembro.

Estrategicamente, o que pode derrotar o espírito de Bolsonaro no primeiro turno é ser ultrapassado por um terceiro candidato, capaz de catalisar os sentimentos antipetistas da sociedade e os setores de centro-esquerda e centro-direita que ainda acreditam num candidato que fuja a essa polarização, como sugeriu o ex-governador capixaba Paulo Hartung em recente entrevista. A 10 meses das eleições, nenhum dos pré-candidatos — Sérgio Moro (Podemos), Ciro Gomes (PDT), Henrique Mandetta (União Brasil), Simone Tebet (MDB), Rodrigo Pacheco (PSD) e Alessandro Vieira (Cidadania) — incorpou-se o suficiente para isso. Entretanto, 300 dias numa eleição são uma eternidade. É a possibilidade real de vitória de Lula no primeiro turno, tão antecipadamente, pode funcionar como um fator de realinhamento das forças mais conservadoras que apoiam Bolsonaro, em busca de outra opção mais ao centro.

Feliz Natal! Dia 30 estaremos de volta.

Veja o que diz o Adão:

“Gente, tem que se cuidar, não pode relaxar e tem que tomar a vacina!”

